

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores do
Instituto Cidades Sustentáveis
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Cidades Sustentáveis** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Cidades Sustentáveis** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **Instituto Cidades Sustentáveis**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Instituto Cidades Sustentáveis** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Instituto Cidades Sustentáveis**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Instituto Cidades Sustentáveis**;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituição Cidades Sustentáveis** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa		Passivo e patrimônio líquido	
	2022	2021	2022	2021
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.232.284	4.275.515	Fornecedores	132.014
Adiantamento aos funcionários	25.001	19.690	Obrigações sociais	34.247
Despesa antecipada	109	4.204	Obrigações tributárias	24.807
	5.257.394	4.299.409	Salários a pagar	66.535
			Adiantamentos de projetos	2.514.900
Não circulante				2.772.503
Créditos e valores	59.868	59.868		
			Patrimônio líquido	
Imobilizado	132.072	133.071	Patrimônio Social	2.728.275
Intangível	16.504	40.885	Superávit ou déficit do exercício	(34.939)
	148.576	173.956		2.693.336
Total do ativo	5.465.839	4.533.233	Total do passivo e patrimônio líquido	5.465.839
				4.533.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas operacionais			
Instituto Arapyau		550.000	750.000
Open Society		988.182	715.400
Doações de pessoas jurídicas		210.872	72.662
Instituto Clima e Sociedade		60.000	-
Fundação Ford		26.299	415.938
Doações de pessoas físicas		-	1.680
Receita com gratuidade	11	5.683	10.951
GEF		3.848.237	4.061.057
Van Leer		518.774	1.730.895
Fundação Tide Setubal		49.338	35.000
WRI Brasil		-	20.732
Receita prestação de serviços		30.000	-
		6.287.384	7.814.315
Deduções da Receita Bruta			
ISS		(600)	-
Despesas operacionais			
Pessoal		(1.252.835)	(2.320.468)
Administrativas		(5.147.621)	(4.197.454)
Comunicação/Site		(103.091)	(764.278)
Publicações		-	(184.249)
Despesas com imóvel e depreciações		(228.841)	(38.553)
Tributárias		(141.175)	(28.692)
Despesa com gratuidade	11	(5.683)	(10.951)
		(6.879.245)	(7.544.645)
Resultado do exercício antes do resultado financeiro financeiro		(592.461)	269.670
Resultado financeiro, líquido		562.611	118.159
Outros resultados operacionais		(5.090)	-
(Déficit)/superávit do exercício		(34.939)	387.829

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
(Déficit)/superávit do exercício	<u>(34.939)</u>	<u>387.829</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(34.939)</u></u>	<u><u>387.829</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio Social	(Déficit)/superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.340.447	-	2.340.447
Superávit do exercício	-	387.829	387.829
Transferência para o patrimônio social	387.829	(387.829)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.728.275	-	2.728.275
Deficit do exercício	-	(34.939)	(34.939)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.728.275	(34.939)	2.693.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	(34.939)	387.829
Depreciação e amortização	37.416	38.553
Superávit ajustado	2.477	426.382
(Redução)/aumento de ativos		
Adiantamento aos funcionários	(5.311)	6.082
Despesa antecipada	4.095	656
(Redução)/aumento de passivos		
Fornecedores	(57.882)	19.169
Obrigações sociais	(38.045)	(57.201)
Obrigações tributárias	(17.133)	(71.894)
Salários a pagar	(41.043)	(105.190)
Adiantamentos de projetos	1.121.649	(2.446.916)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	968.804	(2.228.912)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.036)	(7.210)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(12.036)	(7.210)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	956.769	(2.236.122)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.275.515	6.511.637
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.232.284	4.275.515
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	956.769	(2.236.122)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional

Instituto Cidades Sustentáveis (“ICS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma associação sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Alameda Santos, 1787, conjunto 91 no bairro de Cerqueira César na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja principal missão é mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência.

Com duas principais iniciativas, o Programa Cidades Sustentáveis e a Rede Nossa São Paulo, o ICS busca melhorar a qualidade de vidas das pessoas a partir do combate às desigualdades, da promoção dos direitos humanos, da participação social, da transparência e da defesa do meio ambiente.

Desde 2007, investindo esforços para melhorar a qualidade de vida das pessoas, o ICS alinha suas ações às agendas globais de desenvolvimento sustentável, como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), anunciados pela ONU em 2015. Em sintonia com esse processo de alargamento de horizontes, em 2019 o Instituto São Paulo Sustentável se tornou o Instituto Cidades Sustentáveis. O novo nome reflete o reposicionamento da organização e seu desejo de ampliar sua atuação nas cidades do país, estabelecendo pontes entre temas municipais, nacionais e globais.

O ICS possui desde 2007 o reconhecimento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIP”) pelo Ministério da Justiça.

O ICS é reconhecido como Entidade Promotora de Direitos Humanos pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o certificado atual tem validade até 24 de outubro de 2025

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A renovação desta isenção é feita a cada três anos.

As duas iniciativas abordam o tema dos direitos humanos de maneira transversal em todas suas atividades. O Instituto entende que apesar do Brasil ser signatário de vários compromissos com os Direitos Humanos é no dia-a-dia que se faz valer destes. Dessa maneira, o Instituto trabalha com vários atores e via diversas parcerias, fazendo incidência política, *advocacy*, construindo pontes entre setores como também fortalecendo e empoderando a sociedade civil para garantir o cumprimento de seus direitos. O Instituto acredita que política é um ato diário, e os representantes eleitos pela sociedade devem assegurar suas promessas políticas durante seus mandatos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

O Instituto trabalha de maneira apartidária para melhorar a qualidade de vida das pessoas, provendo insumos, capacitação técnica e instrumentos para melhorar a transparência e governança urbana para a elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável.

Via o reconhecimento dos direitos humanos como universal à autodeterminação dos povos e do homem, a democratização e a emancipação, do direito à existência e luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social, o Instituto atua de maneira transversal atuando para:

- Mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência;
- Estimular o comprometimento dos governos municipais e a participação da sociedade com a agenda de desenvolvimento sustentável, por meio da construção de programas e políticas públicas e do controle social de sua implementação;
- Estimular a gestão pública e as organizações da sociedade civil a coletar dados e a criar indicadores e ferramentas para municiar ações de mobilização e criação de programas e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável nas cidades e a relação entre as agendas local e global;
- Apoiar movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, contemplando as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural nas cidades;
- Estimular e promover a implementação da agenda do desenvolvimento sustentável no município de São Paulo como referência para outras cidades;
- Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- Realizar estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas;
- Realizar e/ou apoiar diálogos, debates, palestras, conferências, seminários, feiras, congressos, encontros e eventos sobre desenvolvimento sustentável;
- Articular diferentes segmentos da sociedade - governos, empresas, sociedade civil e academia, visando dar consistência e incorporar outras perspectivas na construção da agenda do desenvolvimento sustentável;
- Integrar ações com outras entidades para potencializar ações conjuntas e evitar a replicação de esforços.

O Instituto cria instrumentos de “*accountability*” (prestação de contas) e transparência para salvaguardar a verdadeira democracia representativa.

O modelo de receita do ICS é composto por diferentes fontes de financiamento. Atualmente, os recursos provêm de fundações e empresas nacionais e internacionais. O Instituto não recebe recursos de governos locais, para garantir nossa autonomia e independência no monitoramento das agendas temáticas e produções de parecer técnico das gestões municipais. Vale ressaltar que o ICS possui financiadores de longa data que renovam anualmente seu apoio financeiro.

Pontenciais efeitos da pandemia do COVID-19

O exercício de 2022 foi de grandes desafios e ficará marcado pela pandemia no Brasil, provocada pelo COVID-19. A pandemia impôs mudanças comportamentais das pessoas e na dinâmica do funcionamento das instituições públicas e privadas, em especial quanto às formas de trabalho. Algumas delas terão caráter transitório, mas, outras tantas se tornarão permanentes na vida e no cotidiano das pessoas e das organizações.

Em 2022 retomamos o modelo presencial duas vezes na semana e pretendemos seguir nesse modelo. Também retomamos a mobilização para captação, que com certeza foi a área mais impactada na pandemia.

Desta maneira, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Entidade estará exposta a longo prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios.

Contudo a Entidade não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente suas operações.

Fundação Bernard Van Leer - Projeto Urban95

O Urban95 é uma abordagem inovadora para apoiar as cidades no planejamento de suas políticas, em todos os setores, levando em consideração a perspectiva de crianças de até seis anos e seus cuidadores. Integrar essa perspectiva à agenda de sustentabilidade parece uma abordagem interessante, visto que esses gestores já estão pensando suas cidades nas agendas do SDG, uma forma de perspectiva diferente quando eles foram planejados em primeiro lugar. Não só o ECD traz a equipe de gestão da cidade para trabalhar em conjunto em uma de maneira intersetorial, mas também traz motivação para os urbanistas, pois eles têm toda a base de evidências científicas de que investir nos primeiros anos é a escolha certa a ser feita.

Este projeto visa desenvolver uma rede de cidades brasileiras, trocando ideias inspiradoras, criativas e de baixo custo; aprendendo uns com os outros e com especialistas em todo o mundo. Foram realizados um processo seletivo das cidades, que passaram por aprovação dos respectivos prefeitos e prefeitas; seminários e webinars, e um programa de coaching individual para apoiar designers urbanos, secretárias e outros membros da equipe de gestão para alcançar uma cidade mais bem planejada para os bebês, crianças pequenas e seus cuidadores. Para o andamento do projeto, o Instituto irá:

- Selecionar onze novas cidades que estão interessadas em defender o desenvolvimento da primeira infância, que já possuem ou não estratégias de desenvolvimento e que têm mostrado oportunidades de investimento nesta área;

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

- Fomentar a troca constante de informações e aprendizagem entre as cidades da rede nacional;
- Apoiar os líderes no desenvolvimento de estratégias de planejamento urbano, oferecendo assistência técnica;
- Apoiar as cidades no desenvolvimento e implementação de uma estratégia de escalonamento de políticas.

Instituto clima e sociedade

O Projeto Mapa da Desigualdade - Especial Clima - Cidades Amazônicas, financiado pelo Instituto Clima e Sociedade, tem como objetivo central do projeto é mostrar como as questões climáticas se relacionam com as desigualdades socioeconômicas nas cinco cidades que mais emitem carbono na Amazônia Legal. A proposta é demonstrar que é possível reduzir as emissões de GEE por meio de políticas públicas que também contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas nesses municípios. Para identificar essas conexões, o trabalho será desenvolvido a partir da análise integrada dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), de modo que os municípios também possam mensurar seus desafios para cumprir os objetivos da Agenda 2030. Ao final, um diagnóstico local e um relatório com recomendações de políticas públicas serão apresentados para gestores municipais em oficinas de capacitação.

Fundação FORD - PCS

No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, o projeto tem como objetivo fortalecer e revitalizar ações que já acontecem em âmbito local e nacional no escopo do programa, entre elas: Elaboração e lançamento do Mapa das Desigualdades das capitais brasileiras, com recortes para a justiça racial e gênero; Atualização do Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo; Edição do Prêmio Cidades Sustentáveis, com foco na redução das desigualdades - políticas públicas que apresentem resultados concretos na melhoria da qualidade de vida e na redução das desigualdades e Evento de premiação; Implantar o Sistema de Monitoramento dos ODS para os municípios signatários - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) e Referência de Metas Nacionais e Internacionais.

Instituto Arapyau

O projeto “Desenvolvimento Sustentável por meio de Participação Cidadã - por cidades justas, democráticas e sustentáveis” tem o objetivo de apoiar as ações do Programa Cidades Sustentáveis, para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil e governos municipais para adotar comportamentos, ações, práticas e políticas visando promover a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável e justo nas cidades brasileiras, com especial ênfase na municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O projeto conta com duas linhas de atuação: Fortalecimento do Programa Cidades Sustentáveis e Plataforma do Conhecimento Cidades Sustentáveis; e 5 objetivos específicos: Consolidar o PCS, ampliar o controle social por meio da aprovação da Lei das Metas, desenvolver o projeto da Plataforma do Conhecimento, Conteúdo da Plataforma do Conhecimento e Desenvolver metodologia de planejamento integrado.

Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF - *Global Environment Facility*)

O projeto “A promoção de cidades sustentáveis no Brasil - planejamento urbano integrado e o investimento em tecnologias” inovadoras é uma iniciativa multilateral que envolve o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a prefeitura de Recife, o governo do Distrito Federal, o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries).

Financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), o projeto será desenvolvido no âmbito do programa GEF-6 e tem como objetivo central desenvolver um ambiente web chamado Plataforma do Conhecimento, no qual serão disponibilizadas tecnologias, ferramentas e metodologias em planejamento urbano integrado para gestores públicos municipais, conteúdos técnicos e teóricos, além de notícias e informações sobre sustentabilidade urbana para o público geral.

A plataforma está sendo desenvolvida com base nas estruturas do atual sistema online do Programa Cidades Sustentáveis, de modo que possa incorporar os novos conteúdos e funcionalidades previstos. Dentre os recursos oferecidos, as prefeituras contarão com sistemas para o monitoramento e análise de dados e indicadores, construção de metas e planejamento integrado de ações em diferentes áreas da administração municipal - como transportes, habitação, assistência social, saúde e educação, entre outras.

A nova plataforma abrangerá também o Observatório da Inovação, um conjunto de tecnologias desenvolvidas para diferentes tipologias de cidades, a fim de apoiar gestores municipais na produção de diagnósticos e identificação de soluções em planejamento urbano. O observatório será desenvolvido pelo CGEE, organização social ligada ao MCTIC que produz estudos e pesquisas prospectivas, avaliações de estratégias em políticas públicas e outras atividades nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos, dispostas na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelas resoluções do CFC nº 1.255/09 e nº 1.285/10 e nº 1.319/10 e na ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, aprovada pela resolução do CFC nº 1.409/12.

Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

(a) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Entidade possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar.

A Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando adquiridos.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes às avaliações de ativos financeiros pelos seus valores justos, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis em relação às de mercado.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

(d) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e eventuais perdas por ajuste ao valor de realização. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Estão sendo depreciados de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa nº 5.

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da entidade.

(e) Intangível

O intangível representa custo de marca adquirida junto a terceiros e direitos de uso de software, amortizados com base em vida útil estimada.

(f) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente até a data dos balanços.

(g) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos.

(h) Receita

Os valores recebidos para aplicação em projetos específicos são apropriados mensalmente de acordo com a previsão dos gastos do projeto e revisado a cada fechamento de exercício para apropriação correta das receitas e gastos.

(i) Despesas

Registradas quando incorridas, de acordo com o princípio de competência dos exercícios.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	4.788	1.197
Bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras (a)	5.227.494	4.274.316
	5.232.284	4.275.515

- (a) A instituição mantém os seus recursos de aplicações financeiras em instituição bancária reconhecida pela tradição e solidez no mercado (“Banco Bradesco”). A carteira tem um viés conservador, sendo composta por cerca de 82% (oitenta e dois por cento) do total de aplicações em títulos de “CDB - Certificados de Depósito Bancário” e cerca de 18% (dezoito por cento) do total de aplicações em títulos de fundos de investimento de baixo risco.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

4. Imobilizado

Descrição	Taxa anual depreciação (%)	2022		2021	
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis e utensílios	10	126.681	(52.583)	74.098	82.699
Instalações	10	35.006	(14.692)	20.314	23.814
Computadores e periféricos	20	155.109	(117.449)	37.660	26.558
		316.796	(184.724)	132.072	133.071

Movimentação do imobilizado - custo

Descrição	2021	2022	
		Adições	Depreciação
Móveis e utensílios	82.699	3.323	(11.924)
Instalações	23.814	-	(3.501)
Computadores e periféricos	26.558	26.864	(15.762)
	133.071	30.187	(31.187)

5. Intangível

Descrição	Taxa anual amortização (%)	2022		2021	
		Custos	Amortização	Residual	Residual
Marcas e patentes	10	60.613	(48.009)	12.604	26.821
Marcas e patentes (aguardando registro)	-	-	-	-	7.972
Software	20	16.808	(12.907)	3.901	6.092
		77.421	(60.916)	16.505	40.885

Movimentação do intangível - custo

Descrição	2021	2022	
		Adições	Amortização
Marcas e patentes	34.793	2.535	(4.038)
Software	6.092	-	(2.191)
	40.885	2.535	(6.229)

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

6. Obrigações sociais

Descrição	2022	2021
INSS a recolher	11.958	26.389
FGTS a recolher	-	9.864
INSS a recolher terceiros	-	-
INSS s/ férias a recolher	16.966	27.433
FGTS s/ férias a recolher	5.323	8.606
	34.247	72.292

7. Obrigações tributárias

Descrição	2022	2021
IRRF a recolher	14.458	29.933
PIS a recolher	563	1.233
ISS a recolher	-	-
Contribuição Social sem receita	2.073	1.009
Contribuição confederativa	-	-
Outros impostos retidos a recolher	7.048	8.689
PIS sem férias a recolher	665	1.076
	24.807	41.940

8. Adiantamento de projetos

Descrição	2022	2021
Fundação Bernard Van Leer	-	518.774
Open Society Foundation	1.882.818	36.000
Fundação Ford	-	26.299
<i>Global Environment Facility</i> (GEF)	632.082	702.840
Instituto Clima e Sociedade	-	60.000
WRI Brasil	-	-
Fundação Tide Setubal	-	49.338
	2.514.900	1.393.251

No exercício de 2021, o Instituto Cidades Sustentáveis assinou um acordo com a Fundação Bernard Van Leer para estender o Projeto Urban95 até 2022. O contrato com a *Global Environmental Facility* - GEF assinado no exercício de 2018 tem duração até 2023.

A receita será apropriada na medida em que os projetos avançarem e as ações serem cumpridas.

9. Patrimônio social

Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência do Instituto.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

10. Trabalho voluntário

Conforme Resolução do CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse serviço em 2022 corresponde a R\$ 5.683. O valor ora realizado está registrado em contas de resultado específicas.



Fernanda Natalino
CPF: 032.643.158-66
Contadora



Jorge Luiz Numa Abrahão
CPF: 032.643.158-66
CRC 1 SP 144709/O-3
Presidente